

CURT TRENNEPOHL

TERENCE TRENNEPOHL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Prefácio

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

6.ª edição revista e atualizada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00102307
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CURT TRENNEPOHL
TERENCE TRENNEPOHL

6.^a edição revista e atualizada



© desta edição [2016]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [11-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [13.10.2015]



ISBN 978-85-203-203-6672-1

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS | 11 |
| OS AUTORES | 13 |
| PREFÁCIO – Fernando Henrique Cardoso | 15 |
| APRESENTAÇÃO – Mr. Ashley C. Brown | 17 |
| NOTA À 6.ª EDIÇÃO | 19 |
| INTRODUÇÃO | 27 |
| PARTE I | |
| INFRAESTRUTURA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL | |
| 1. O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE | 35 |
| 1.1 A percepção do problema ambiental e a busca das soluções | 35 |
| 1.2 As normas de proteção dos recursos naturais | 39 |
| 1.3 Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente | 45 |
| 2. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO | 50 |
| 2.1 Considerações preliminares | 50 |
| 2.2 Abrangência do impacto x dominialidade | 53 |
| 3. LICENÇAS AMBIENTAIS | 63 |
| 3.1 Conceito | 63 |
| 3.2 Tipos de licenças ambientais | 65 |
| 3.3 Definição de competências para licenciar | 67 |
| 3.4 Prazos para o licenciamento e sua validade | 71 |
| 3.5 A anuência para o licenciamento | 74 |
| 3.6 Prorrogação ou renovação das licenças | 75 |
| 4. OS ESTUDOS AMBIENTAIS PARA O LICENCIAMENTO | 78 |
| 4.1 Introdução | 78 |
| 4.2 Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – Rima | 79 |
| 4.3 Estudos ambientais simplificados ou específicos | 85 |
| 4.4 Regularização ambiental de Obras de Infraestrutura | 87 |
| 4.4.1 Portaria MMA 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica | 88 |
| 4.4.2 Portaria MMA 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás | 88 |
| 4.4.3 Portaria Interministerial 288/2013 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – Profas | 89 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 4.4.4 | Portaria MMA 289, de 16.07.2013 – Regularização ambiental de rodovias federais..... | 90 |
| 4.4.5 | Portaria Interministerial 425/2011 – Programa de Regularização de Portos..... | 90 |
| 4.5 | Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD | 91 |
| 4.6 | Análise de Risco e Programas de Monitoramento | 92 |
| 4.7 | Processo de licenciamento ambiental | 92 |
| 5. | LICENÇAS E REGISTROS | 95 |
| 5.1 | Introdução..... | 95 |
| 5.2 | Atividades cujo registro ou licenciamento ambiental são obrigatórios | 95 |
| 5.3 | Atividades cujo licenciamento depende da apresentação de estudos ambientais prévios..... | 101 |
| 5.4 | Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental..... | 103 |
| 5.5 | Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais | 103 |
| 5.6 | Órgãos ambientais nos Estados..... | 106 |
| 6. | ATIVIDADES RELACIONADAS COM A FLORA..... | 107 |
| 6.1 | Previsões legais..... | 107 |
| 6.2 | Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS..... | 117 |
| 6.3 | Desmatamento para Uso Alternativo do Solo..... | 124 |
| 6.4 | Supressão de vegetação para outras atividades..... | 134 |
| 6.5 | Supressão de vegetação em função de risco..... | 137 |
| 6.6 | Corte de árvores plantadas..... | 139 |
| 6.7 | Reposição florestal e plano integrado florestal..... | 143 |
| 6.7.1 | Reposição florestal obrigatória..... | 143 |
| 6.7.2 | Plano de suprimento sustentável..... | 146 |
| 6.8 | Supressão de vegetação através do uso de fogo | 148 |
| 6.9 | Utilização de produtos florestais..... | 153 |
| 6.9.1 | Autorização para o transporte de produtos florestais | 153 |
| 6.9.2 | Documento de Origem Florestal – DOF | 156 |
| 6.10 | Comercialização de produtos florestais | 159 |
| 6.11 | Exportação de produtos florestais..... | 160 |
| 6.12 | Fabricação de carvão | 161 |
| 6.13 | Transformação de madeira..... | 162 |
| 6.14 | Uso e comércio de motosserras..... | 163 |
| 6.15 | O combate aos desmatamentos ilegais na Amazônia..... | 164 |
| 7. | ATIVIDADES RELACIONADAS COM A FAUNA | 167 |
| 7.1 | Conceitos | 167 |
| 7.2 | Fauna ameaçada de extinção e listas cites | 172 |
| 7.3 | Criadouros de fauna | 173 |
| 7.3.1 | Criadouros para fins comerciais e industriais..... | 173 |
| 7.3.2 | Comerciante de animais vivos, abatidos, partes e produtos..... | 174 |
| 7.3.3 | Criadouros conservacionistas | 175 |
| 7.3.4 | Jardins zoológicos..... | 177 |
| 7.3.5 | Criadores amadoristas de passeriformes da fauna silvestre brasileira | 178 |
| 7.4 | Marcação e identificação de animais..... | 180 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 7.5 | Animais de estimação | 181 |
| 7.6 | Coleta de material zoológico | 183 |
| 7.7 | Anilhamento de aves | 184 |
| 7.8 | Circos ou outras formas de utilização de animais | 185 |
| 8. | ATIVIDADES RELACIONADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS | 187 |
| 8.1 | Introdução..... | 187 |
| 8.2 | Outorga de direito de uso dos recursos hídricos | 190 |
| 8.3 | Licenciamento de empreendimentos de irrigação..... | 191 |
| 8.4 | Licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental | 193 |
| 8.5 | Outorga de recursos hídricos para implantação de barragens | 196 |
| 8.6 | Dragagem e alijamento de materiais em águas jurisdicionais brasileiras..... | 197 |
| 9. | ATIVIDADES RELACIONADAS COM A PESCA | 201 |
| 9.1 | Conceito | 201 |
| 9.2 | Proibição de pesca | 204 |
| 9.3 | Pesca com estruturas fixas | 204 |
| 9.4 | Peixes ornamentais..... | 205 |
| 9.5 | Aquicultura | 206 |
| 9.6 | Carcinicultura | 208 |
| 9.7 | Carcinicultura em unidades de conservação..... | 212 |
| 9.8 | Exploração de algas | 214 |
| 10. | OS ÓRGÃOS INTERVENIENTES | 216 |
| 10.1 | Manifestação de outros órgãos no processo de licenciamento..... | 216 |
| 10.1.1 | Fundação Nacional do Índio – Funai | 217 |
| 10.2 | Órgãos gestores das Unidades de Conservação | 225 |

PARTE II

QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ESTUDO DE CASOS)

| | | |
|------------|--|------------|
| 11. | OS ASPECTOS ECONÔMICOS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E A NECESSIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS | 235 |
| 11.1 | Do procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos de energia hidrelétrica | 237 |
| 11.2 | Do princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos..... | 240 |
| 11.3 | Prejuízos resultantes da paralisação de empreendimentos energéticos..... | 241 |
| 11.4 | O planejamento setorial do plano decenal | 242 |
| 11.5 | Custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes..... | 244 |
| 11.6 | Reflexos para o consumidor decorrentes do custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes..... | 245 |
| 11.7 | Efeito da suspensão do licenciamento ambiental e da construção de uma usina hidrelétrica sobre a economia como um todo | 247 |
| 12. | HIGIEDEZ E SEGURANÇA JURÍDICA DAS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO | 249 |
| 12.1 | Segurança jurídica no licenciamento ambiental | 249 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 12.2 | O licenciamento ambiental federal no Brasil..... | 251 |
| 12.2.1 | Competência para o licenciamento | 251 |
| 12.2.2 | O Estudo de Impacto Ambiental | 254 |
| 12.2.3 | A publicidade do processo de licenciamento ambiental | 257 |
| 12.2.4 | O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário | 261 |
| 13. | POSSIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA EMPREENDIMENTO PORTUÁRIO DENTRO DE RESERVA EXTRATIVISTA | 263 |
| 13.1 | Introdução..... | 263 |
| 13.2 | O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e as Reservas Extrativistas..... | 263 |
| 13.3 | Desafetação, alteração de limites ou recategorização de Unidades de Conservação | 269 |
| 13.4 | Competência para o licenciamento ambiental e para a anuência | 271 |
| 13.5 | A autorização para o licenciamento ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio..... | 273 |
| 14. | LICENCIAMENTO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO | 276 |
| 14.1 | Introdução..... | 276 |
| 14.2 | O licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica | 276 |
| 14.3 | O estudo de impacto ambiental | 279 |
| 14.4 | A Licença Prévia – LP e a Licença de Instalação – LI | 282 |
| 14.6 | Ações judiciais que podem afetar o empreendimento | 283 |
| 15. | COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE MATA ATLÂNTICA NO LICENCIAMENTO | 286 |
| 16. | LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO PARA EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS COM PEQUENO POTENCIAL DE IMPACTO | 300 |
| | CONCLUSÕES | 311 |
| | BIBLIOGRAFIA | 317 |